



INTERVENÇÕES URBANAS E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DO CENTRO HISTÓRICO NO BRASIL E BOLÍVIA

Ana Regina Marinho ¹

RESUMO

As cidades latino-americanas no processo de formação e ocupação tendem a ter problemas econômicos e sociais devido ao seu grau de urbanização, que vai afetar a infraestrutura. As intervenções são realizadas visando acumulação do capital e são apropriadas por poucos, o que torna o processo excludente nas representações sociais do espaço urbano. Dessa forma, entende-se que o espaço não é apenas receptáculo ou produto dos objetos e fluxos produzidos pela sociedade, mas também condição de reprodução das relações de produção. Assim, o espaço expõe seu conteúdo político, como lugar de contradições e conflitos entre grupos com suas diversas estratégias na luta por sua apropriação. Neste artigo a análise espacial foi realizada nos centros urbanos da cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil e de La Paz, na Bolívia, ambos possuem similaridades de acordo com a população absoluta e possuem centros urbanos com intervenções urbanas de requalificação e movimentos sociais de resistências. As duas cidades analisadas possuem semelhanças históricas de luta, revolução e resistência, além de projetos e políticas de transformação dos centros históricos similares. Foram analisados os movimentos sociais de resistência que ocorrem frente a essas intervenções. O centro histórico urbano de Recife e La Paz idealizado pelos movimentos sociais de resistência é aquele visto como um espaço que pode sofrer intervenções qualitativas, com um maior respeito ao espaço urbano, possibilitando sua leitura de forma crítica e conscientizadora, buscando projetos integrados, que minimizem as questões relacionadas à degradação urbana. Valorizando o cotidiano e as manifestações de luta e resistência.

Palavras-chave: Intervenções Urbanas; América Latina; Resistência.

RESUMEN

Las ciudades latinoamericanas en proceso de formación y ocupación suelen tener problemas económicos y sociales por su grado de urbanización, lo que afectará la infraestructura. Las intervenciones se llevan a cabo con miras a acumular capital y son apropiadas por unos pocos, lo que hace que el proceso sea excluyente en las representaciones sociales del espacio urbano. De esta manera, se entiende que el espacio no es sólo un receptáculo o producto de objetos y flujos producidos por la sociedad, sino también una condición para la reproducción de las relaciones de producción. Así, el espacio expone su contenido político, como lugar de contradicciones y conflictos entre grupos con sus diferentes estrategias en la lucha por su apropiación. En este artículo se realizó el análisis espacial en los centros urbanos de la ciudad de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil y La Paz, Bolivia, ambos presentan similitudes según la población absoluta y cuentan con centros urbanos con intervenciones de recalificación urbana y movimientos sociales de resistencias. Las dos ciudades analizadas tienen similitudes históricas de lucha, revolución y resistencia, así como proyectos y políticas similares de transformación de los centros históricos. Se analizaron los movimientos sociales de resistencia que se dan ante estas intervenciones. El centro urbano histórico de Recife y La Paz, idealizado

¹ Profa. Dra. da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Líder do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento do Espaço, Território e Região – GPDeTER”. Membro do REPEG – Rede de Pesquisadores em Educação Geográfica. Membro da Cátedra Manuel Correia de Andrade. ana.marinho@upe.br;

por los movimientos de resistencia social, es visto como un espacio que puede sufrir intervenciones cualitativas, con mayor respeto por el espacio urbano, posibilitando su lectura de manera crítica y sensibilizadora, buscando proyectos integrados que reducen los problemas relacionados con la degradación urbana. Valoración de la vida cotidiana y las manifestaciones de lucha y resistencia.

Palabras clave: Intervenciones Urbanas; América Latina; Resistencia.

INTRODUÇÃO

As intervenções urbanas reproduzem e apropriam o espaço urbano. O processo de produção é histórico, social e responsável por conflitos, pois nem todos se apropriam desse espaço de maneira democrática, nem vão ter as mesmas oportunidades, o que gera segregação espacial e privação da cidadania. Numa sociedade estruturada no sistema capitalista, de economia neoliberal, em que os produtores do espaço transformam os recursos naturais e os patrimônios de sua história e de sua cultura em mercadoria e são instalados novos nichos econômicos do mercado global e regional, torna-se preocupante a produção do espaço, sua segregação e resolução de conflitos.

As cidades latino-americanas no processo de formação e ocupação tendem a ter problemas econômicos e sociais devido ao seu grau de urbanização, que vai afetar a infraestrutura. Os espaços urbanos precisam ter um planejamento integrado que pense em suas questões básicas de infraestrutura, no uso do solo, nas atividades econômicas e na sociedade.

Neste artigo a cidade é entendida não apenas como um espaço onde os fenômenos são localizados ou como aglomeração urbana, mas também como diz Carlos (2004), condição de sentido da vida humana, é um trabalho materializado, com relações acumuladas através dos tempos. E é nesse sentido de pertencimento, identidade com o espaço urbano que é construído o conceito de resistência e a compreensão dos novos movimentos sociais de resistência.

Para quem produz a cidade ela vai surgir como uma infraestrutura e um bem produtivo, já o consumidor vai percebê-la como um bem de consumo coletivo, com características de uso público, como transporte, espaços públicos, habitações e outros. As intervenções são realizadas visando acumulação do capital e são apropriadas por poucos, o que torna o processo excludente nas representações sociais do espaço urbano.

Dessa forma, entende-se que o espaço não é apenas receptáculo ou produto dos objetos e fluxos produzidos pela sociedade, mas também condição de reprodução das relações de produção. Assim, o espaço expõe seu conteúdo político, como lugar de contradições e conflitos entre grupos com suas diversas estratégias na luta por sua apropriação. O fundamento do

problema está na busca dos significados das intervenções urbanas nas cidades da América Latina. Há evidências no comportamento cotidiano dos seus habitantes a indicar que as transformações talvez não tenham sido percebidas e interpretadas dentro da mesma lógica aplicada na leitura das mudanças manifestadas em outras capitais mundiais.

Essa afirmação pode ser analisada nos estudos sobre a requalificação dos centros urbanos e a mobilização da sociedade de algumas cidades localizadas na América Latina, citadas por D'arc e Memoli (2012) como São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago e Montevideo. Os projetos de intervenção urbana indicam o movimento de reprodução do capital apoiado na renda da terra, em que a especulação imobiliária adquire uma função importante na reprodução do capital na cidade.

A discussão dos projetos e análise dos conflitos no espaço urbano é um tema importante para entender como as transformações espaciais tem sido produto e condição das intervenções urbanas sejam elas públicas ou privadas. Para elas existirem há a modificação do espaço antes, para atração de capital e assim continua existindo. As transformações vão ser condição e resultado das intervenções urbanas. Elas ocorrem antes, durante e depois do processo de implantação dos projetos de intervenção, condicionando as mesmas a reprodução do capital. (SERAFIM, 2018). Por isso, estudar os movimentos sociais de resistência no centro urbano em cidades da América Latina é necessário para diminuir os conflitos existentes e fazer com que ocorra uma revolução urbana ou justiça social da cidade (HARVEY, 1980).

Neste artigo a análise espacial foi realizada nos centros urbanos da cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil e de La Paz, na Bolívia, ambos possuem similaridades de acordo com a população absoluta e possuem centros urbanos com intervenções urbanas de requalificação e movimentos sociais de resistências. As duas cidades analisadas possuem semelhanças históricas de luta, revolução e resistência, além de projetos e políticas de transformação dos centros históricos similares. Foram analisados os movimentos sociais de resistência que ocorrem frente a essas intervenções.

METODOLOGIA

Foi feito o desenvolvimento metodológico, levantamento bibliográfico, leitura de textos e discussão de conceitos. Foi realizado um levantamento minucioso de informações em bibliotecas, internet, revistas e jornais, sobre o espaço em foco, com a devida leitura e sistematização. Foi utilizado o Scholar Google para pesquisar artigos, dissertações e teses sobre



os centros urbanos das principais regiões metropolitanas da América Latina e os movimentos sociais de resistência.

Foram realizadas coletas das informações históricas, dados econômicos, estatísticos e demográficos gerais sobre os centros urbanos das cidades analisadas. Foram visitados órgãos como fontes de informações necessárias para essa pesquisa como: Observatório das Metrôpoles, Bibliotecas de Universidades, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre outros.

Para maior compreensão do problema analisado, foi realizada uma combinação de trabalhos empíricos e teóricos, compreendendo análises subjetivas e objetivas dos fenômenos urbanos. Para uma melhor visualização do espaço em estudo foi realizada uma pesquisa de campo (observações *in loco*) visando-se uma melhor compreensão do mesmo.

Foram realizadas entrevistas estruturadas por videochamada, videoconferência e pessoalmente com profissionais, pesquisadores e funcionários ligados à área de pesquisa. Algumas entrevistas não puderam ser realizadas e por isso foram elaborados questionários que foram respondidos por e-mail.

Por fim, foram analisados os dados, abordadas as metodologias e realizada a discussão dos resultados. Foram analisadas e interpretadas as informações levantadas com o objetivo de identificar as relações existentes entre os indicadores pesquisados e o espaço em foco.

A análise do pensamento marxista, como método e uma tentativa de estabelecer uma lógica contra hegemônica, a partir de uma crítica a visão linear de progresso enquanto uma única narrativa e pensando saídas epistemológicas latinoamericanistas através da história comparada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os centros urbanos históricos de cidades latino-americanas necessitam de políticas e projetos que mantenham a sua diversidade, através da recuperação do patrimônio histórico e cultural, ao mesmo tempo que mantêm a identidade, e investimentos em infraestrutura e habitação para a população que mora no entorno. A transformação tem que atender aos interesses coletivos, da sociedade e não apenas das empresas privadas, do mercado imobiliário.

As cidades históricas possuem um patrimônio acumulado ao longo de anos do seu desenvolvimento e a preservação desse legado pressupõe operar com lugares, tradições, memórias, pessoas e as diferentes relações políticas que se estabelecem em torno desse universo. Além disso, as ações de recuperação dos espaços patrimoniais urbanos passam também pelo reconhecimento de sua dimensão imaterial, como

Para compreensão dos conflitos causados pela reprodução do espaço urbano foi utilizado o método progressivo-regressivo de Lefebvre (2006), que visa estudar o mundo virtual, partindo do presente em direção ao passado, esclarecendo os processos do presente que apontam para o futuro. Entendendo primeiramente o que está ocorrendo, em seguida volta ao passado (o que ocorreu) e depois se analisa o que poderia ter ocorrido, o que deveria ter acontecido. Esse método trata o espaço-tempo como um par dialético, indissociável. Indicando um movimento de duplo sentido, um regressivo (do virtual-possibilidade ao atual, do atual ao passado) e um progressivo.

Com relação à construção do social, ela pode ser datada contrariamente à leitura única e exclusiva do espacial, que em última instância é o espaço absoluto. É nessa contraposição espaço absoluto (natureza) e espaço relativo (social) que se deve buscar a aplicação do método progressivo-regressivo.

O conceito de espaço vivido é central na obra de Lefebvre. Esse é vivido nas práticas do cotidiano. O espaço se torna percebido pelo corpo, rua, festa. Para diminuir as contradições do modo de produção capitalista, Lefebvre diz que se deve passar pela produção social, as práticas do cotidiano.

A acumulação torna-se prioridade no modo de produção capitalista, da lógica hegemônica do capital. A sociedade precisa reproduzir-se (LEFEBVRE, 2006) para continuar produzindo (MARX, 2008). Para Lefebvre muito pouco se produz e sim as relações sociais são reproduzidas, assim como espaço. A produção do espaço é o cerne de tudo, se produz o espaço vivendo.

Pelo trabalho, a sociedade transforma a natureza. A produção do espaço coloca natureza e sociedade numa dualidade, elas se interagem por serem coisas separadas. A produção da natureza antecedeu a produção do espaço.

Também foi utilizado o materialismo histórico dialético, para entender a realidade, o princípio do conflito e as contradições que norteiam a temática analisada. A dinâmica de um sistema econômico que transforma a cidade, definindo o urbano, possibilita que este se torne objeto de grande demanda, por ser o local da acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho. A cidade é condição para a reprodução do capital cada vez mais ampliada. Dessa forma através desse movimento dialético tem-se a necessidade de estudar as relações do capital, junto com o processo de urbanização pelo qual passam as cidades.

As cidades crescem sem um adequado desenvolvimento social, a partir de uma urbanização capitalista que só aumenta a diferença entre ricos e pobres (segregação espacial, pobreza urbana), causando assim os conflitos entre os apropriadores do espaço com diferentes poderes aquisitivos e em permanente contradição. Os conflitos existentes entre os produtos do espaço também serão analisados através do movimento dialético.

Assim, foram escolhidos fragmentos do espaço das cidades dos centros urbanos das cidades da América Latina, pensando no processo de metropolização, pelas cidades centrais manterem uma forte relação de interdependência econômica e um notório movimento pendular de sua população.

Neste artigo, são utilizados conceitos relacionados ao centro, dando ênfase ao centro antigo. Inicialmente, foi proposto trabalhar com o conceito de centro expandido, chamado de “expansão do centro”, segundo Tourinho (2006, p. 283); portanto, após análises percebeu-se que esse conceito está ligado à realidade paulistana, não podendo ser aplicado para compreensão do centro urbano de Recife, no Brasil e de La Paz, na Bolívia.

O conceito de centro histórico está associado à origem do núcleo urbano. Por causa disso, nele há a presença de uma grande diversidade de aspectos históricos, culturais e arquitetônicos. Tem a presença de processos históricos conflituosos, que devido às suas características diversas estão em permanente contradição.

Uma característica que diferencia essa área das outras localizadas na cidade é a sua diversidade com permanências e transformações, seja ela econômica, política, social, cultural. A complexidade do espaço urbano exige alternativas criativas e dinâmicas dos investidores e especuladores imobiliários, em virtude da exiguidade de espaços disponíveis em paralelo à densidade de ocupação, inclusive em estados de obsolescência. A acumulação e a expansão do capital trouxeram mudanças drásticas na forma de ver o centro antigo e, principalmente, agir sobre ele. Eles passaram a ser alvos de grandes intervenções urbanas.

Uma justificativa para as transformações na área central é que são áreas decadentes e por isso merecem atenção. É importante refletir sobre a noção de decadência, pois ela também pode ser entendida como condição para a reprodução de capitais menores e a oportunidade de ocupação dessa área por uma população mais pobre. Isso pode até ocorrer com intervenção do estado, para obter uma especulação imobiliária. Portanto, a desvalorização que ocorreu nos centros históricos latino-americanos pode ser pensada negativamente, mas também positivamente, dependendo de quais sujeitos estejam envolvidos.

A política e os projetos financiados pelo Estado e pelas empresas fizeram com que os espaços públicos, edifícios, casas e monumentos existentes nos centros históricos latino-

americanos fossem parcialmente abandonados por parte de algumas camadas da população, devido a insegurança nas ruas decorrente do crescimento da violência e a expansão dos serviços e residências para além das áreas centrais. Portanto, não houve nesse espaço um investimento que oferecesse condições de desenvolvimento da vida coletiva como antes.

Essa suburbanização fez com que os bairros centrais passassem por transformações em sua ocupação, que paulatinamente deixou de ser predominantemente residencial, passando a conviver cada vez mais com uma grande diversidade de usos. No caso do Recife, de acordo com Serafim (2018), em meados da década de 1930, alguns dos bairros centrais, como, por exemplo, os bairros do Recife, Santo Antônio e São José, eram habitados por comerciantes, funcionários públicos, portuários e outros representantes da classe média do Recife, que seguiram para áreas periféricas e outros bairros de classe média/alta que foram surgindo. Esse processo de descentralização ocorreu devido à ida dos serviços para lugares mais afastados e, principalmente, pela disponibilidade de terras mais baratas no subúrbio, pois, na escala urbana, o indicador econômico que diferencia um local do outro é a renda da terra. No caso dos centros urbanos tem-se a *rent gap* (diferencial de renda), que é uma das responsáveis pela reestruturação urbana desses espaços.

A *rent gap*, segundo Smith (2006; 2007), ocorre quando há maior interesse imobiliário em localidades suburbanas, permitindo diminuição do mesmo nas áreas centrais, devido à deterioração espacial. O poder público, em Recife e La Paz, passou alguns anos sem investir nas áreas centrais, contribuindo para esse fenômeno. Isso faz com que algumas empresas privadas aproveitassem os baixos preços para se instalarem nessas áreas visando uma valorização futura, o que realmente ocorreu. Principalmente, decorrente dos investimentos realizados pelo poder público na área de cultura e lazer.

Várias atividades que eram importantes e tradicionais nos centros tendem a diminuir, a exemplo dos cinemas. Porém com os projetos de intervenções urbanas nos centros históricos latino-americanos, antigas salas de teatros e centros culturais reabrem suas portas visando à volta da população que detém algum poder aquisitivo para suas atividades. A decadência do centro foi uma manobra do capital para a construção de novas centralidades. Não foram apenas utilizados para moradias e sim, também, para comércio.

A construção de novas centralidades deve ser entendida como um processo de estruturação do espaço urbano. As empresas imobiliárias tendem a buscar novas localizações para atender, principalmente, as camadas de alta e média renda, contribuindo para a expansão, transformações e direção de crescimento da cidade.

Essas modificações foram financiadas pelo poder público e pela iniciativa privada, causando um significativo impacto sobre o centro e sobre toda a estrutura espacial urbana, contribuindo para o surgimento de espaços urbanos desiguais nas metrópoles latino-americanas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender a configuração do espaço urbano das cidades latino-americanas é um desafio, principalmente com relação à produção e reprodução do espaço urbano. Com a globalização neoliberal e o avanço das grandes corporações transnacionais, os diversos projetos de intervenção existentes possuem características de reprodução homogêneas. Nos dois centros urbanos, de La Paz, na Bolívia e de Recife em Pernambuco, há ausência de integração e pouca participação popular, fatores que dificultam e interferem no resultado final das ações de significado espacial e tornam sua análise bastante complexa.

Os projetos de intervenção urbana realizados não diminuíram as desigualdades sociais, pelo contrário, aumentaram, gerando condições de deterioração urbana mais intensa. O poder público se incomodou tanto com a imagem, em deixar aparente as ações de impacto político, que, foram esquecidas coisas básicas, como infraestrutura, saúde, educação, trabalho e moradia, visto que geralmente ignora o bem-estar da população, sobretudo, as mais carentes e com isso há um aumento dos conflitos.

A principal intervenção do Estado é a tentativa de induzir e sustentar uma reprodução mais dinâmica do capital através da atração de novos investimentos, pois os investimentos públicos levam a investimentos privados. Portanto, é notório o crescimento dos espaços de consumo, porque o capitalismo contemporâneo vive da circulação de mercadorias, apesar da produção ser importante a distribuição é fundamental, para isso tem que se fazer mais vias de acesso, para que as mercadorias e pessoas circulem, os trabalhadores e etc. Então as intervenções mais importantes e significativas estão relacionadas ao sistema viário e a mobilidade e isso afeta os centros urbanos.

A dinâmica atual das cidades de Recife e La Paz, face às intervenções para atender às políticas de crescimento urbano-metropolitano pelos eventos e instalação de novos nichos econômicos do mercado global e regional, tem direcionado essas intervenções para vários eixos, por intermédio de sistemas estruturadores, têm como base o sistema viário, têm uma repercussão espacial comandada, sobretudo, pelo interesse do capital. Assim, as principais transformações tratam do alargamento e modernização da malha viária, sobretudo voltada para o interesse privado. Outro elemento forte visualizado nas paisagens, nas cidades, é a

por toda parte. La Paz, apesar de ter também características do modal rodoviarista como Recife, possui um transporte em teleférico por causa dos morros, paisagisticamente similar aos mares de morro do Recife, investimento além do transporte individual, e sim de projetos de interesse coletivo, como por exemplo, expandir o metrô para áreas populares.

O centro histórico urbano de Recife e La Paz idealizado pelos movimentos sociais de resistência é aquele visto como um espaço que pode sofrer intervenções qualitativas, com um maior respeito ao espaço urbano, possibilitando sua leitura de forma crítica e conscientizadora, buscando projetos integrados, que minimizem as questões relacionadas à degradação urbana. Valorizando o cotidiano e as manifestações de luta e resistência.

O espaço urbano é um território complexo que possui várias identidades, em que a sociedade se apropria. Devido a essa diversidade, é normal que haja constantes disputas entre os poderes público, privado e a sociedade civil organizada. Segundo Haesbaert (2011, p. 96), os conflitos se revelam a partir do momento em que os burgueses passam a ver os pobres, de dentro de um bulevar².

É em um desses bulevares que está sentado um casal. Em cadeiras de um café, na calçada, desfrutam a nova visão da Paris moderna. Em meio a isto, são surpreendidos por uma família andrajosa, que pára diante deles. Os olhos desses pobres traduzem surpresa e admiração, olham para aquilo que jamais poderão ter. A moça sente-se importunada e pede que chamem o gerente. O rapaz deixa-se invadir por uma onda de piedade e angústia pela expressão daqueles olhos.

As intervenções se fazem com a utilização das políticas públicas, sejam elas de interesse econômico, que é o que tem predominado, sejam elas de interesse social; mas o ideal é que se tenham os dois interesses caminhando juntos, porque sem a economia não é possível fazer nada, porque ela, como carro chefe do estado em termos de arrecadação, precisa de investimentos para fomentar a política adotada pelo estado em prol dos seus cidadãos, sobretudo, num Estado democrático, aquela direcionada à questão da inclusão social.

Com relação à política de habitação de interesse social, é necessário mudar a forma como os projetos são feitos de retirada dos moradores que habitam favelas, palafitas e outras habitações insalubres, deslocando esse pessoal para novos conjuntos habitacionais que são construídos para essa finalidade.

É preciso que se pense nas questões relacionadas à identidade e as raízes fincadas por essa população com o seu território de origem. O processo de remoção retira a população de sua residência, colocando-a em novos espaços. Em vários casos ocorrerá o abandono desse

² Tipo urbanístico que marcou época na Paris do século XIX, na época da reforma Haussman. (HAESBAERT, 2011).

novos territórios, com o repasse dos imóveis e a volta para os lugares de origem, ou que possuam as mesmas características.

A intervenção urbana deveria promover melhorias substanciais de qualidade de vida dessas populações, de maneira que as que moram em favelas e palafitas venham a mudar efetivamente as condições de vida integrando-se à cidade.

A disputa pela posse da terra, em alguns casos, pode não corresponder às melhorias habitacionais e garantia de permanência em suas casas, da população mais pobre que mora em áreas disputadas, tendo o poder público priorizando a legalização das terras para as forças hegemônicas. É preciso que se pense nas questões relacionadas à identidade e nas raízes fincadas por essa população com o seu lugar e seus laços comunitários.

[...] a legalização insere a terra informal no mercado formal, e não necessariamente o cidadão na cidade. De fato, a legalização da terra reduz o estoque total de terras ilegais, acarretando uma crescente disputa pelo solo ilegal. Ou seja, a legalização promove a exclusão dos incluídos no mercado ilegal, e não é suficiente para promover a inclusão das pessoas no mercado imobiliário formal, nem, muito menos, para capacitar os indivíduos a permanecer nesses mercados emergentes (SOUZA, 2002, p. 265).

A escassez de terras, motivada pela não colocação da terra no mercado, amplia as pressões pela ocupação de um determinado terreno, que potencializam as disputas ali localizadas. E é nesse processo de disputa que o pobre urbano quase sempre sai perdendo, ou seja, dele fica excluído.

Um problema que ocorre devido a essa disputa é a invasão de terras urbanas que, no Brasil, vai ser intrínseca ao processo de urbanização. E ela não vai ser causada pelos movimentos sociais ou pela ação da esquerda e, sim, “é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 2007, p. 152).

Não se pode falar de movimentos sociais e resistência, sem antes realizar uma análise histórica que contextualiza o movimento atual. As formas de luta vêm ocorrendo há muitos anos, como por exemplo os movimentos sociais de moradia. Segundo Carneiro (2012), a onda de mobilizações que aconteceu tomou a dimensão de um movimento global, começando com exemplos internacionais, como a derrubada de ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, no continente africano e também na Europa, com greves e ocupações na Espanha e Grécia e uma revolta nos subúrbios de Londres, atingindo até a Rússia. Com exemplos também no Chile e em *Wall Street*, nos Estados Unidos.

O suicídio por imolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas que protestava contra a apreensão de suas mercadorias, na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, foi apenas um dos muitos atos semelhantes ocorridos no norte da África que, além do desespero individual, simbolizaram o esgotamento psicológico de muitos povos em

um mesmo momento. Houve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo e que logo se manifestaram na Espanha, com os Indignados da Puerta del Sol, em Portugal, com a Geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da praça Syntagma. Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. Países como a China sentiram o risco e censuraram a simples menção na internet à praça Tahrir, palco dos protestos egípcios (CARNEIRO, 2012, p. 8).

Esses movimentos são não programáticos com a ausência de articulação partidária e possui uma liderança difusa. “Os movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura” (CARNEIRO, 2012, p. 8).

Houve em 2011:

[...] uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Por torpedos de celular, operários da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, compartilham insatisfações com as condições de trabalho no canteiro de obras. Em poucas horas, o queixume alastra-se e resulta em uma das maiores revoltas trabalhistas da história recente do País, com 54 ônibus incendiados e 70% do acampamento depredado. Isso em plena selva amazônica, a quilômetros de distância de qualquer sindicato ou sede de partido. Três meses depois, também sem lideranças formais, bombeiros no Rio de Janeiro promovem um motim em pleno quartel da corporação, para exigir melhores salários. Presos, recebem massivo apoio de familiares, amigos e uma legião de desconhecidos por meio da internet e constroem o governador Sergio Cabral. Na mesma semana, estudantes em Natal organizam por Twitter e Facebook manifestações contra a prefeita Mícarla de Souza (PV), levam 2 mil pessoas às ruas e montam acampamento no pátio da Câmara Municipal para pedir providências contra suspeitas de corrupção (PICHONELLI; MARTINS, 2011, p. 24).

Esses dois exemplos mostram a mídia como uma importante ferramenta para expor fatos que poucos sabem e que precisam ser popularizados. Santos (2002, p. 148) discorre sobre a forma que a mídia informa os acontecimentos, adotando certa estratégia como forma de sobrevivência.

Em sua dimensão global, o mercado controla uma produção oligopolística de notícias por meio das agências internacionais e nos apresenta o mundo atual como uma fábula. Em suas dimensões nacional e local, o mercado, agindo como mídia, segmenta a sociedade civil, influi sobre o fluxo e a hierarquia do noticiário e aconselha a espetacularização televisiva de certos temas, confundindo os espíritos em nome de uma estratégia de vendas adotada pelos jornais como forma de sobrevivência. O remédio, aqui, é um veneno, num círculo vicioso que acaba por ser o seu principal pecado. Estará a imprensa pecando em nome próprio ou em nome e em favor do mercado? O resultado é o mesmo.

O acesso à informação é um direito fundamental. Recebê-la de boa qualidade, permite à sociedade tomar decisões conscientes. Essa deve ser a visão comum de todas as entidades e pessoas para assim saber dos seus direitos e, tendo acesso às informações, visualizar os problemas e buscar soluções mais sensatas. Essas, às vezes, são repassadas de forma que interesse aos detentores de capital, que são em sua maioria donos das maiores empresas de comunicação. Segundo Maricato (2007, p. 165-166):

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder – dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica. Uma intensa campanha publicitária leva uma ficção à população: o que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sócias frequentemente não conta para os próprios excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica.

A grande mídia ocupa um lugar central e decisivo na sociedade capitalista mundial; pois, por intermédio dela, podem passar as informações e estas serem repassadas para todos os lugares. Essa sociedade é composta pelo Estado e por megacorporações financeiras e industriais.

As corporações de mídia e entretenimento propagam visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. Assim, a grande mídia vai operar tanto por adesão ideológica à globalização quanto por ser a única capaz. Toda essa tecnologia vai propiciar ao campo da comunicação uma boa dinamicidade. Vai tornar disponível "a camadas ponderáveis de audiência, um estoque inimaginável de dados e imagens, de opções de entretenimento e de simulacros" (MORAES, 1997, p. 19).

Todos os grupos de comunicação buscam alcançar a mesma lucratividade das grandes empresas multinacionais. Por causa disso, possuem os mesmos interesses e as mesmas estratégias no que diz respeito ao mercado. Não havendo nenhuma distinção no que se refere à filosofia, metas e estruturas de operação.

Existe um número mínimo de corporações que controlam a mídia e estas fazem o que querem sem dar satisfações a ninguém, só para os seus acionistas, donos, que precisam que as notícias sejam do seu interesse, principalmente no que se refere à economia e à política.

As mídias vêm testando um elenco de projetos e programas cujas metas são a racionalidade gerencial, a produtividade, a competitividade, a qualidade e o intercâmbio com o público para manter acelerado o consumo, os grupos privados de comunicação têm mobilizado unidades operacionais como o marketing agressivo, a informação personalizada, campanhas promocionais, pesquisas, produtos segmentados e interativos (MORAES, 1997, p. 34).

As informações passadas pelas grandes corporações chegam de forma que interessa ao capital, causando na população que vai consumi-la uma alienação. A produção em série das fábricas foi o ápice da alienação. O trabalhador não sabe o porquê faz aquilo e para onde vai. Não se deixar alienar é uma forma de resistência e é isso que vem acontecendo em alguns movimentos, com discussões que envolvem interesses coletivos e não apenas de uma minoria.

Os novos movimentos de resistência são em geral formados por jovens, que muitas vezes estão submetidos a condições precárias de estudo ou trabalho, não possuem casa própria e estão cansados de uma realidade violenta. Esse novo público está conectado constantemente à internet e menos dependente de lideranças e das grandes corporações de comunicação para se manter informado.

Com as redes sociais, foi eliminada a necessidade de alguém intermediar as discussões e também criar rejeições aos intermediadores. Assim, a antiga forma de representação que estruturava a sociedade de massa foi modificada, transformando o que antes era muito parecido em opiniões contrárias, passíveis de manifestação. Alguns casos do movimento de resistência frente ao processo de intervenção merecem ser analisados de forma isolada, devido às suas particularidades.

O histórico de lutas em Pernambuco, com a revolução pernambucana (1817) e a formação das ligas camponesas (1955-1964). Na Bolívia, a revolução de 1952 de cunho nacionalista e popular, que estatizou as minas, criou a reforma agrária e fortaleceu milícias mineiras e camponesas. Historicamente são processos revolucionários que aproximam e identificam os dois territórios estudados.

As reformas neoliberais aproximam as duas áreas de estudo através dos projetos de intervenção urbano nos seus centros históricos. E o histórico de luta e resistência aproximam as duas realidades. Os novos movimentos sociais de resistência, os movimentos sociais urbanos populares, movimento popular urbano de bairros, ou movimento comunitário barrial (GOHN, 2011), os novos movimentos sociais (valores, mudanças culturais, identidades).

O que diferencia os novos movimentos sociais dos clássicos?

- Heterogêneos, diversos.
- Qual a classe envolvida?
- Ausência de estruturação ideológica unificada.
- Pluralidade de valores.
- Prioridade dos discursos de justiça e igualdade.
- Descoberta de novos canais de participação política.

Descentralização ou fragmentação de organizações extremamente diversas.

Todos estes movimentos têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. Não é apenas ativismo, os novos movimentos sociais de resistência vão além.

Movimentos sociais ao redor da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Exemplos: a) Movimentos pela moradia, expressa em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro esquerda e movimentos populares. Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto. Movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio etc.); Mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico - espaciais (como praças, parques), como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços. (GOHN, 2011).

Alguns dos novos movimentos sociais de resistência que merecem destaque nesta análise são:

1. Em Recife: Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – ETAPAS; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Movimento de Mulheres Sem Teto de Pernambuco- MMST PE; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST; Resiste Santo Amaro; Segmento Popular do PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – garantir a função social da cidade); Coletivo A Cidade Somos Nós; Ação Comunitária Caranguejo Uçá; Movimento de Luta Popular e Comunitária – MLPC; Observatório das Metrôpoles; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comercio Informal do Recife – SINTRACI; União Nacional Por Moradia Popular – UNMP.

2. Em La Paz. (Centro Velho, Bairro Caracoto - ricos). Central Indígena Del Oriente Boliviano (CIDOB), que foi criado em 1982 na Bolívia e participou das mobilizações eleitorais em favor do atual presidente Evo Morales ao lado da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Organização de trabalhadores rurais e produtores de coca criado em 1979. Consejo de Federaciones Campesinas de Los Yungas COFECAY. Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” FNMCBBS. Movimiento sin Tierra (MST).

La territorialización de las relaciones entre el Estado y la sociedad no condujo necesariamente a brindar mayor contenido social ni a abrir la participación de la sociedad a las decisiones fundamentales para el desarrollo del país. Lo anterior se dio en la medida en que hubo una tendencia del sistema de partidos políticos a contener demandas más que a procesarlas, subordinando los espacios y mecanismos de control y participación social a la lógica prebendal, clientelizando la relación con las organizaciones urbano-populares a través de sus dirigencias. (...).

Es importante remarcar que aquellas organizaciones que controvierten las formas de integración social dominantes, no necesariamente se perfilan como sujetos políticos

permanentes en el escenario nacional. Si bien la politización expresa elementos ideológicos alternativos que cohesionaron en momentos de movilización a los colectivos vecinales y generaron adhesiones de otros sectores, éstos no necesariamente se convierten en un proyecto político. El carácter de estas luchas radicaría en ahondar la crisis de legitimidad del Estado, forzando a los partidos políticos tradicionales a someterse al mandato de las organizaciones movilizadas. (ESPÓSITO; ARTEGA, 2006, p.85-86).

Os desafios quando se trata de movimentos sociais de resistência são enormes, tanto na Bolívia quanto no Brasil, apesar da enorme quantidade ainda é necessário compreender as lutas contra a exclusão geradas na Bolívia, os processos políticos e para quem são os interesses. Como diminuir os conflitos? A exclusão social e econômica?

O ótimo deveria ser bom para todos. Simples? Claro que não. Mas bem que se essa ideia prevalecesse na ocupação e uso do território da cidade muitos equívocos poderiam ser evitados - tanto em intervenções urbanísticas de responsabilidade do poder local, como em empreendimentos privados. No entanto, há sempre a incidência de um conjunto de variáveis que via de regra coloca em polos opostos a reprodução do capital versus o direito de todos à cidade saudável.

Não basta requalificar apenas o patrimônio é preciso mostrar que há vida, transformando a economia. Não apenas para o uso dos turistas e sim de toda população, por isso a importância e necessidade da ampliação dos movimentos sociais de resistência e que as ações possam ser difundidas e divulgadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do artigo.

Os métodos são utilizados para entender a realidade, o princípio do conflito e as contradições que norteiam a temática analisada. A dinâmica de um sistema econômico que transforma a cidade, definindo o urbano, possibilita que este se torne objeto de grande demanda, por ser o local da acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho. Dessa forma através desse movimento dialético tem-se a necessidade de estudar as relações do capital, junto com o processo de urbanização pelo qual passam as cidades e os conflitos existentes entre os produtores do espaço. Enfim, a fragmentação dos centros urbanos históricos latino-americanos

é bastante expressiva e sua reprodução espacial cria formas comerciais que se transformam e convivem junto a outras que persistem, no constante conflito de disputa pelo lugar.

Historicamente, a terra foi transformada em investimento, passando a não ser apenas usufruída, habitada, mas feita (rarefeita) mercadoria e moeda de troca. A especulação imobiliária injeta muita energia nessa relação deturpada com a terra, e alimenta uma engrenagem perigosa, excludente. Assim, as “melhores” terras sempre se concentraram nas mãos de quem tinha poder aquisitivo e podia pagar a exorbitância do valor das áreas valorizadas. E ao serem privadas do direito de habitar lugares dignos, as pessoas tiveram que inventar alternativas de moradia, que muitas – na maioria das vezes – insalubres, numa completa carência de infraestrutura, ampliando o conflito e a luta através da resistência.

Na verdade, as cidades estão sendo objeto de intervenção privada do espaço, quando, por exemplo, você prioriza o transporte individual, particular, ao público. Os projetos começam e depois não têm continuidade, muito pontual, não se pensa numa integração maior dos interesses, aumentando a segregação espacial, a pobreza urbana, causando assim os conflitos entre os apropriadores do espaço por direito à terra. A globalização neoliberal e o avanço das grandes corporações transnacionais, contribuem para silenciar os grupos que historicamente representam as minorias de poder e causam conflitos.

Para fazer valer os seus direitos enquanto civilização a sociedade se encontra hoje mais fortalecida, pois não apenas reivindica ações e proteção do Estado, mas participa ativamente de lutas e conquistas para acesso à terra, melhores condições de trabalho e acesso aos bens públicos.

Cláudio Katz (2023), professor da Universidade de Buenos Aires afirma que a sequência de resistências confirma a persistência na América Latina de um contexto prolongado de lutas. Nem sempre as lutas são vitoriosas, não existem grandes triunfos, porém não existem derrotas comparadas com as ditaduras dos anos 1970. Ocorre uma enorme contestação do neoliberalismo e fortes ações de resistência popular. Essas abordagens hierarquizam corretamente o papel da luta e a consequente centralidade dos sujeitos populares.

É necessário valorizar o protagonismo dos movimentos populares na América Latina, a resistência popular, a centralidade da luta popular na determinação do atual contexto latino-americano. É uma exigência a prioridade na análise, financiamento e conhecimento das lutas populares.

REFERÊNCIAS



BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho e GAGLIARDI, Clarissa M. R. (Orgs.). **Intervenções urbanas em centro históricos: Brasil e Itália em discussão.** São Paulo: EDUC: CAPES, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David, et al. **Occupy.** Tradução de João Alexandre Peschanski, et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 07-14.

D'ARC, Hélène Rivière; MEMOLI, Maurizio. **Intervenções urbanas na América Latina: viver no centro das cidades.** São Paulo: Editora Senac, 2012.

ESPÓSITO, Carla; ARTEGA, Walter. (responsables). Movimientos sociales urbano-populares en Bolivia: Una lucha contra la exclusión social, económica y política. **UNITAS – Programa Desarrollo del Poder Local.** La Paz: Fundación Carolina, mayo 2006.

GOHN. Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.** 16 (47). Ago, 2011. In: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em fevereiro de 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos.** 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Prefácio e Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

KATZ, Claudio. **A nova resistência popular na América Latina.** In: <https://www.ihu.unisinos.br/625741-a-nova-resistencia-popular-na-america-latina>. Acesso em fevereiro de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006). Mimeo.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 121-192.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, Dênis de. A dialética das mídias globais. In: MORAES, Dênis de et al. (Orgs.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea.** Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 11-75.

PICHONELLI, M.; MARTINS, R. “Trincheiras na web”. **Revista Carta Capital,** São Paulo, 29 jun. 2011.

SERAFIM, Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha Serafim. **Intervenções e movimentos sociais de resistência no espaço urbano.** Curitiba: Appris, 2018.



SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: GEOUSP. **Espaço e tempo**: revista de pós-graduação. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. (nº21, p.15-31).

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana e global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Flávio Antônio Miranda de. Inclusão disputada: acesso à moradia em assentamentos informais em Recife. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. (Orgs.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002. p. 259-268.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.